BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos

Coleção Países



URUGUAI

Coleção Divulgação – INCENTIVO À LEITURA – Distribuição gratuita

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2011

Autores

Acauã Leotta – analista de Relações Internacionais – IPRI.
Gabriel O. M. Ferreira – pesquisador – IPRI.

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

URUGUAI



Uruguai na América do Sul.

História e formação

Nos primeiros anos da colonização, o território uruguaio apresentou poucos atrativos aos europeus, cujo objetivo imediato resumiu-se a explorar as riquezas minerais da América. Tateando desde a costa da atual Flórida até o Rio da Prata, os espanhóis procura-

vam ouro e prata observando artesanatos e manufaturas dos índios. Desde muito cedo, encontraram-se indícios de que havia um reino organizado e rico no interior, que seria provavelmente encontrado subindo-se pela embocadura do Rio da Prata. Nessa rota exploratória, a região onde hoje se situa o Uruguai era reconhecida apenas como a "banda oriental", ou seja, a margem direita do grande rio que adentrava o continente.

A terra plana, coberta por vegetação rasteira, era ocupada esparsamente por índios Charrúa e Guaranis. O nomadismo, a liberdade da vida na planície aberta e o espírito aguerrido desses povos serão mais tarde identificados com o tipo nacional do gaúcho, presente também na zona rural da Argentina e do Rio Grande do Sul.

O primeiro contato continuado com os brancos ocorreu com as chamadas "missões" jesuítas. Armados do espírito religioso, os padres da Companhia de Jesus criaram pequenos vilarejos onde os índios eram catequizados na fé cristã e trabalhavam a terra. A criação de gado e o plantio da erva mate, dois elementos centrais da economia e da cultura uruguaia, foram introduzidos pelos índios das missões. Esse primeiro esboço de ocupação sofreu investidas frequentes dos bandeirantes paulistas, que percorriam o interior para caçar o índio e escravizá-lo. Como consequência, a região das missões transformou-se em um dos pontos de fronteira conflituosa entre os impérios coloniais ibéricos, Portugal e Espanha.

O povoamento da Banda Oriental tomou impulso decisivo com a construção da Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680 pelos portugueses. A cidade foi erguida exatamente em frente a Buenos Aires, com o

objetivo de contrabandear a prata das terras espanholas e estender a colônia portuguesa até o Rio da Prata. Os portugueses consideravam ser este o limite natural de suas terras no sul da América. Sacramento representava uma clara ameaça ao império espanhol e levou a uma reavaliação da estratégia de povoamento, exploração econômica e militarização da região. O forte de Montevidéu, futura capital do Estado independente, foi erguido em 1723.

O conflito pelo domínio do Rio da Prata ganhou novos contornos no século XVIII. Os portugueses encontraram ouro no centro do continente e direcionaram a colonização para além do litoral pela primeira vez em dois séculos. Assim, o curso do rio passou a ser estratégico também por ser uma via de comunicação privilegiada entre o Rio de Janeiro e províncias interioranas como Cuiabá e Goiás. O caminho por terra era perigoso e podia alongar a viagem em até 15 meses. Além disso, o comércio e a produção do couro, do charque e da erva mate ganhara vulto, ultrapassando, já no século XVIII, a lucratividade do comércio da prata.

No início do século XIX, a Revolução Francesa e a guerra na Europa envolveram diretamente Espanha e Portugal, com imediato impacto em suas colônias. Napoleão invadiu e tomou a Península Ibérica. O rei português transferiu a capital do Império de Lisboa para o Rio de Janeiro e o soberano espanhol, Carlos IV, foi deposto e preso. Nesse contexto, o Rio da Prata era mais um território estratégico dos muitos que estavam em disputa na guerra entre as principais potências coloniais europeias. Buenos Aires e Montevidéu foram invadidas por tropas inglesas em 1806-7, e o império português,

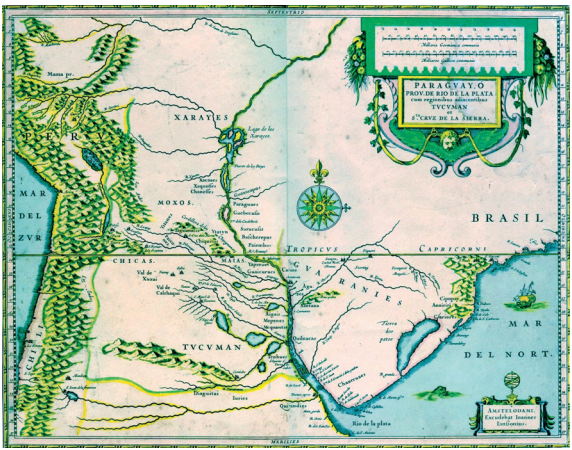
sediado no Rio de Janeiro, movimentou-se para anexar todo o Vice-Reinado do Rio da Prata, território que corresponderia hoje, aproximadamente, à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e a partes da Bolívia e do Peru.

Em paralelo à disputa internacional pelo Rio da Prata, porém, surgiram movimentos locais de luta contra a coroa espanhola pela independência, inspirados nos valores da própria Revolução Francesa. Buenos Aires foi o centro propagador dessa nova força política e contou com o apoio de outras províncias que, por sua vez, exigiam a garantia de suas autonomias. Para o porto de Montevidéu, em particular, interessava manter para si o controle de seu lucrativo sistema de coleta de impostos, que se beneficiava de um intenso fluxo regional e internacional de mercadorias. Não lhe seria interessante, numa possível República centralizadora, enviar sua renda para a alfândega da capital, Buenos Aires, para somente então receber repasses de um governo federal.

No embate para garantir a autonomia provincial, surgiu a liderança de José Gervasio Artigas (1764-1850), maior herói nacional do Uruguai. Artigas conduziu um movimento de caráter popular, que arregimentou escravos libertos, índios e a população rural em busca do autogoverno. Entre 1814 e 1817, Artigas governou a Província da Banda Oriental e implementou um Ordenamento Agrário que distribuiu lotes de terras para a população mais pobre, seguindo um espírito igualitário que deixaria profundas raízes na sociedade uruguaia. Artigas também libertou os escravos e garantiu que seria concedida a liberdade para qualquer escravo fugido que alcançasse a Província.

Esse detalhe em particular alarmou o império português, que temia a fuga em massa de cativos. O movimento artiguista também ameaçava tornar-se um estímulo a movimentos de independência no sul do Brasil. Em consequência disso e seguindo o velho projeto de estender as possessões portuguesas até o Rio da Prata, D. João VI ordenou a invasão da Banda Oriental. Para Buenos Aires, a invasão portuguesa foi bem-vinda, pois eliminou o principal foco de resistência autonomista contra seu projeto centralizador. Entre 1821 e 1828, portanto, a Banda Oriental foi uma província do Brasil, a Província Cisplatina.

A independência definitiva do Estado uruguaio foi alcançada ao fim de uma guerra entre as Províncias Unidas (Argentina) e o Império do Brasil, em 1828. A Convenção Preliminar de Paz, tratado internacional mediado pelo Reino Unido, selou o fim do conflito e estabeleceu a criação de um Estado no Prata com o nome de República Oriental do Uruguai. Os uruguaios conquistaram o direito de conduzir seu próprio destino, e as potências estrangeiras garantiram que o Rio da Prata jamais seria controlado por um único país, tornando o seu curso livre para navegação internacional.



Banda Oriental, século XVII.

Geografia e economia

O Uruguai tem área de 176.215 km², com 660 km de costa. É uma região de planície com leves ondulações, as cuchillas. O ponto mais alto está situado a 514 metros. A vegetação rasteira, de gramíneas, favorece a pecuária, uma das principais atividades econômicas do país. O Uruguai tem 3,4 milhões de habitantes, com 92% de população urbana. A capital Montevidéu tem 1,6 milhões de habitantes. O Uruguai tem 98% da população adulta alfabetizada, e a expectativa de vida é de 76,2 anos. A composição étnica da população é: 88% de origem branca, 8% de mestiços e 4% negros. Os ameríndios são praticamente inexistentes. O Uru-

guai é um país majoritariamente cristão, com 47% de católicos e 23,2% de judeus. Ateus e agnósticos somam 17,2%.

A economia uruguaia centra-se na exportação de bens primários, principalmente da pecuária e agricultura. O PIB é de US$ 40,7 bilhões (2010), e o PIB per capita é de US$ 14.300. A crise argentina de 2001 resultou em 4 anos seguidos de queda da produção, totalizando uma perda de 20% do PIB uruguaio. Desde 2005, no entanto, o Uruguai vem mostrando taxa média de 7% de crescimento. As exportações, de US$ 6,7 bilhões (2010), são destinadas principalmente para Brasil (19,1%), China (9,6%) e Argentina (7,5%). As importações, de US$ 8,3 bilhões (2010) originam-se da Argentina (20,7%), Brasil (18,4%) e China (10,2%). O déficit público uruguaio é de 1% do PIB, situação considerada estável. A taxa de desemprego é de 6,6% (2010) e a inflação, em 2010, foi de 6,9%.

Política externa

A Conferência Preliminar de Paz, que encerrou a Guerra da Cisplatina, contou com a mediação do Reino Unido, mas a ausência de garantias por parte da potência mediadora elevou o tema das relações com o Brasil, especialmente o estabelecimento e a demarcação das fronteiras, à primazia na política externa uruguaia.

Ao longo do século XIX, a política externa uruguaia esteve condicionada às dinâmicas do sistema internacional platino. Em 1851, o conflito interno entre os partidos políticos Blanco e Colorado levou a intervenções no Uruguai. O governo no Rio de Janeiro temia

uma aproximação entre o ex-presidente uruguaio, Manuel Oribe, blanco, e o governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas. Oribe liderou um cerco ao governo uruguaio em Montevidéu que durou nove anos, período no qual o governo brasileiro financiou o governo sitiado. Posteriormente, forças brasileiras articularam a intervenção no Uruguai para romper o cerco a Montevidéu e consolidar o Governo de Defesa, resistente às forças de Oribe, como o legítimo no Uruguai.

A Guerra do Prata, ou Guerra Contra Oribe e Rosas, encerrou-se em 1852, na batalha de Monte Caseros, quando forças uruguaias, brasileiras e de Entre Ríos e Corrientes derrotaram o Exército de Rosas. Após o conflito, a presença brasileira no Prata passaria a ser constante, como exemplificado pelos tratados de 1851, acordos nos quais o Brasil é declarado garante da ordem interna e da unidade uruguaia. Ademais, o apoio ao golpe do colorado Venâncio Flores, em 1864, e a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, em 1857, são expoentes desse momento das relações externas uruguaias. A situação muda, sob a presidência de Bernardo Berro, entre 1860 e 1864, no qual o Uruguai empreende uma política externa mais assertiva.

Montevidéu representava, naquele momento, uma alternativa ao porto de Buenos Aires, o que prejudicava o interesse de um Estado unitário argentino. Contra o Brasil, o Uruguai recusou-se a renovar o tratado comercial e fechou alguns rios à livre navegação. Em 1864, a esquadra brasileira é enviada ao Uruguai, para exigir reparações, o que provoca o rompimento de relações diplomáticas por parte do governo de Montevidéu. A intervenção acarretou a volta dos colorados ao poder e a adoção de uma política pró-Império do Bra-

sil. Dessa aproximação resulta a aliança de 1865 entre Brasil, Argentina e Uruguai, a Tríplice Aliança contra o Paraguai. A Tríplice Aliança frustrou os planos de Solano López, ditador paraguaio, de uma aliança Paraguai--Uruguai para romper a hegemonia de Brasil e Argentina no Prata. A Guerra do Paraguai termina em 1870, com vitória da Tríplice Aliança sobre o Paraguai.

Após o fim dos conflitos platinos, o Uruguai começa sua inserção na ordem econômica internacional como país agroexportador e com dependência quase exclusiva do Reino Unido, crescente endividamento externo e diplomacia pendular entre Brasil e Argentina. Posteriormente, uma postura mais agressiva por parte dos argentinos, a chamada Doutrina Zeballos, levou o Uruguai a aproximar-se do Brasil. Entre 1870 e 1903, completa-se a configuração institucional do serviço exterior uruguaio.

A estabilidade econômica e institucional permitiu ao Uruguai inserir-se em foros multilaterais, como a Conferência de Paz da Haia, de 1907, onde o país defendeu a arbitragem ilimitada e obrigatória, e a Conferência de Paris, onde foi constituída a Liga das Nações, da qual o Uruguai foi membro fundador. O pan-americanismo também foi um componente importante da política externa uruguaia no início do século XX. Montevidéu sediou a celebração de conferências e tratados sobre as relações interamericanas, como Conferência Econômica de Montevidéu, de 1931, a Convenção Interamericana sobre Extradição de 1933.

Com o advento da Crise de 1929 e a desarticulação da economia mundial, recrudesceu o protecionismo em escala global. O Uruguai foi particularmente afetado pela opção britânica de privilegiar o mercado da

sua Commonwealth. Para contrabalançar os efeitos da crise econômica internacional, que definiram a agenda da política externa até a II Guerra Mundial, o Uruguai reforçou o modelo estatista, que levou a enfrentamentos com o capital estrangeiro. A política externa, até o golpe de 1933, seguiu uma linha de diversificação das parceiras, com aproximação em relação à União Soviética, aos Estados Unidos, à Alemanha e à Itália.

A II Guerra Mundial colocou questões de segurança internacional e realçou a importância dos países produtores de alimentos, como o Uruguai. A política externa uruguaia seguiu o alinhamento adotado no âmbito das Reuniões de Consulta de Chanceleres Americanos, entre 1939 e 1942. Apesar dessa atitude pró-aliados, o governo uruguaio debateu acerca da neutralidade durante a maior parte do conflito e só declarou guerra ao Eixo em 1945.

Na segunda metade do século XX, a dependência econômica uruguaia seria, progressivamente, direcionada do Reino Unido para os Estados Unidos. No que se refere ao sistema interamericano, foram amplos os debates internos sobre a vinculação uruguaia ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a acordos de defesa com os Estados Unidos, no final da década de 1940. Correntes nacionalistas no governo uruguaio realizaram movimentos de independência da política externa, como a crítica ao bloqueio a Cuba. Mesmo antes do golpe militar de 1973, há um progressivo alinhamento com os regimes autoritários sul-americanos. A cooperação visando à supressão de "elementos subversivos" materializa-se na chamada Operação Condor, que uniu os serviços de inteligência do Uruguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai para

o combate a grupos armados de esquerda do começo da década de 1970 até os processos de redemocratização.

O desenvolvimento e a integração regional são duas prioridades da política externa uruguaia atualmente. Os Tratados de Montevidéu, acordos constitutivos da ALALC e da sua substituta, a ALADI, foram negociados na capital uruguaia, respectivamente em 1960 e 1980. A ALADI mantém sua importância, haja vista que todos os acordos econômicos latino-americanos estão registrados no âmbito dessa instituição. No que se refere ao Mercosul, o Uruguai junta-se ao esforço de integração do eixo Brasília-Buenos Aires em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, e Montevidéu torna-se sede do bloco.

Para o Uruguai, o Mercosul é foro prioritário para o fomento do comércio, da cultura, das relações políticas, das finanças e dos serviços, como o turismo. A falta de avanços no acesso a terceiros mercados ensejou a negociação de um tratado de livre-comércio com os Estados Unidos, em 2006, que não avançou em razão da oposição dos outros membros do Mercosul. Outro atrito nas relações bilaterais com os Estados partes foi a problemática com a Argentina envolvendo a instalação de uma indústria de celulose, papelera, na margem uruguaia do Rio Uruguai. O caso foi levado à Corte Internacional de Justiça, cujo julgamento considerou que ambos países não cumpriram as obrigações contidas no Estatuto do Rio Uruguai, embora a instalação da fábrica seja legal, de acordo com o direito internacional.

No que pese os avanços e retrocessos, o Mercosul segue na qualidade de componente essencial da política externa do Uruguai. O bloco sul-americano atua como mecanismo de desenvolvimento, com iniciativas

de integração econômico-social, como o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), por meio do qual Argentina e Brasil investem no setor produtivo e na infraestrutura do Paraguai e do Uruguai. A inserção internacional do Uruguai se faz, fundamentalmente, via Mercosul.


Artigas
Salto
Paysandú
Río Uruguay
Río Cuareim
Río Arapey Grande
Río Arapey Chico
Río Daymán
Río Queguay Grande
Río Queguay Chico
Río Negro
Río Tacuarembó
Río Yí
Río Santa Lucía
Río de la Plata
Río Olimar Grande
Río Tacuarí
Río Cebollatí
Río Black
Río Tacuarembó Chico
Río Tacuarembó Grande
Río Yaguarí
Río Negro
Río Tacuarí
Río Tacuarembó
Río Yí
Río Santa Lucía
Río Olimar Grande
Río Tacuarí
Río Cebollatí
Río Black
Río Negro
Río Yaguarí

Dados Básicos

Nome oficial: República Oriental do Uruguai

Forma de governo: República presidencialista

Presidente: Jose Alberto Mujica Cordano (2010-15)

Língua Oficial: Espanhol

Capital: Montevidéu

Cidade mais populosa: Montevidéu

Área: 176.215 km²

População: 3.424.595 (2010)

Densidade demográfica: 19,4 hab/km²

Alfabetização: 97,9%

PIB: US$ 40,71 bilhões (2010)

Moeda: Peso Uruguaio

Exportações / Importações: US$ 6,7 bilhões / US$ 8,3 bilhões (2010)

Principais produtos exportados: Carne bovina, soja, celulose, arroz, madeira, laticínios e pescado.

Para saber mais:

Sítio do governo uruguaio: http://portal.gub.uy/

ARTEAGA, Juan José. Uruguay. Breve historia contemporánea. México, Fondo de Cultura Económica, 2002.

CAETANO, Gerardo e RILLA, José. Historia contemporánea del Uruguay. Montevidéu: Fin de Siglo, 2006.

DONGHI, Túlio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br